



Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)

CNPJ: 28.151.363/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas, Apresentamos as demonstrações contábeis resumidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Estamos à disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: www.cesan.com.br/RI2025. Vitória, ES, 24 de abril de 2025. **A Diretoria.**

BALANÇO PATRIMONIAL

31/12/2024 vs 31/12/2023 (Em R\$1.000)

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	66.066	18.379
Créditos e contas a receber de usuários	206.195	196.123
Impostos a recuperar	3.851	5.464
Demais ativos circulantes	19.885	14.431
Total do ativo circulante	295.997	234.397
Não circulante		
Créditos e contas a receber de usuários	23.750	26.113
Impostos a recuperar	13.938	9.551
Depósitos judiciais	57.301	58.865
Contratos indenizáveis	1.917.859	1.843.761
Demais ativos não circulante	43.044	49.664
Investimentos, Imobilizado, Intangível	3.452.758	2.771.145
Total do ativo não circulante	5.508.650	4.759.099
Total do Ativo	5.804.647	4.993.496

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Fornecedores	128.740	90.505
Empréstimos e financiamentos	54.300	27.359
Juros sobre capital próprio	96.176	79.978
Impostos e contribuições a recolher	17.911	19.219
Salários e encargos a pagar	54.013	49.194
Provisões para riscos	81.862	47.595
Demais passivos circulante	57.974	47.902
Total do passivo circulante	490.976	361.752
Não circulante		
Fornecedores	816	878
Empréstimos e financiamentos	802.428	465.994
Crédito para aumento de capital	179.290	249.281
Plano de Aposentadoria	16.600	36.632
Demais passivos não circulantes	96.378	122.358
Total do passivo não circulante	1.095.512	875.143
Patrimônio líquido	4.218.159	3.756.601
Total do passivo e patrimônio líquido	5.804.647	4.993.496

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

31/12/2024 vs 31/12/2023 (Em R\$1.000)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	1.275.944	1.172.246
Custo dos serviços prestados	(693.953)	(642.294)
Lucro bruto	581.991	529.952
Despesas comerciais	(114.448)	(101.060)
Despesas administrativas	(206.817)	(180.488)
Demais despesas	(42.412)	(63.647)
	(363.677)	(345.195)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos	218.314	184.757
Resultado financeiro	(5.265)	(1.677)
Resultado antes dos impostos	213.049	183.080
Tributos sobre lucro	(10.610)	(9.535)
Lucro líquido do exercício	202.439	173.545

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

31/12/2024 vs 31/12/2023 (Em R\$1.000)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	202.439	173.545
Ganhos (perdas) atuariais em plano de benefício definido	25.827	68.138
Reserva de reavaliação	358	-
Resultado abrangente total	228.624	241.683

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	202.439	173.545
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	124.613	112.920
Resultado na alienação de imobilizado	(4.557)	5.629
Subvenções para investimentos	(1.581)	1.264
Provisões	82.051	97.982
Juros sobre empréstimos e financiamentos	71.821	56.566
Participação dos empregados	21.607	14.349
Resultado de construção	(13.693)	(4.905)
Outras receitas ou despesas não monetárias	(276)	(398)
Aumento (redução) nos ativos operacionais		
Contas a receber de usuários	(53.218)	(48.519)
Estoque de materiais	(2.173)	(830)
Despesas antecipadas	(1.266)	9.826
Impostos a recuperar	(2.774)	16.261
Depósitos judiciais	1.564	(3.291)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	38.173	18.601
Salários, férias e encargos sociais	4.819	4.243
Impostos e contribuições	84.819	83.952
Participação de empregados	(14.349)	(15.055)
Outros	(12.348)	(21.832)
Outros efeitos		
Impostos e contribuições pagos	(86.397)	(85.070)
Juros pagos	(71.821)	(56.566)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	367.453	358.672
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras vinculadas	(797)	(4.562)
Aquisição de ativo intangível/imobilizado	(813.822)	(297.612)
Contratos de concessões indenizáveis	(60.405)	(541.682)
Venda de ativo imobilizado	12.429	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(862.595)	(843.856)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obtenção de empréstimos e financiamentos	395.180	188.930
Amortização de empréstimos e financiamentos	(31.805)	(24.477)
Juros sobre capital próprio pagos a minoritários	(149)	(171)
Adiantamento para futuro aumento de capital	179.290	249.281
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	542.516	413.563
Aumento ou (redução) em caixa e equivalentes de caixa	47.374	(71.621)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16.496	88.117
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	63.870	16.496
Aumento ou (redução) em caixa e equivalentes de caixa	47.374	(71.621)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2024 vs 31/12/2023 (Em R\$1.000)

	Capital social	Reserva de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos 01 de janeiro de 2023	3.057.006	205.387	13.072	-	3.275.465
Aumento de capital	319.453	-	-	-	319.453
Absorção de Reservas	97.596	(97.596)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	173.545	173.545
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	64.600	3.538	68.138
Destinação do lucro					
Constituição da reserva legal	-	8.677	-	(8.677)	-
Constituição da reserva de investimento	-	85.671	-	(85.671)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	2.735	-	(2.735)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(80.000)	(80.000)
Saldos em 31 de dezembro 2023	3.474.055	204.874	77.672	-	3.756.601
Saldo 01 de janeiro de 2024	3.474.055	204.874	77.672	-	3.756.601
Aumento de capital	329.134	-	-	-	329.134
Absorção de reservas	91.631	(91.631)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	202.439	202.439
Ajuste avaliação patrimonial	-	-	22.543	3.642	26.185
Destinação do lucro					
Constituição da reserva legal	-	10.122	-	(10.122)	-
Constituição da reserva de investimento	-	99.759	-	(99.759)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(96.200)	(96.200)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	3.894.820	223.124	100.215	-	4.218.159

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito-santense de Saneamento – CESAN é uma sociedade de economia mista, criada em 1967, possui capital fechado e sede na Avenida Governador Bley, 186, em Vitória, sendo seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

(a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os princípios, práticas e critérios consistentes. (b) **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas preponderantemente com base no custo histórico, e os ativos e passivos financeiros mensurados preponderantemente ao valor justo, exceto quando indicado e evidenciado em nota explicativa específica. (c) **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas foram revistas de uma maneira contínua dentro do exercício. (d) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis inclusive nas notas explicativas estão apresentados em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. MUDANÇA DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em relação ao exercício anterior a Cia não alterou nenhuma de suas práticas contábeis estabelecidas e divulgadas. Novos Pronunciamentos Contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2024 não apresentaram alterações de impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis. (a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço. (b) **Passivos financeiros:** **Reconhecimento e mensuração** - Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **Custos de empréstimos** - Os custos de empréstimos atribuídos



Assinado Digitalmente por: NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 24/04/2025

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!



Companhia Espírito-santense de Saneamento (Cesan)
CNPJ: 28.151.363/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais - R\$)

à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos. **(c) Contas a receber:** De clientes - Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. **(d) Estoques de materiais:** Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados a execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento. **(e) Ativos intangíveis:** **Concessões** - A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007- Marco Regulatório. **Licenças de software** - As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada. **(f) Imobilizado:** Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

Classes de Ativos	Anos	%
Edificações e Estruturas	25	4
Móveis e utensílios	10	10
Veículos e equipamentos de transporte	5	20
Máquinas e equipamentos	10	10
Equipamentos - Laboratório	10	10
Computadores e periféricos	5	20

(g) Contas a pagar aos fornecedores: A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(h) Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo. **(i) Provisões para riscos cíveis, tributária, trabalhistas e ambiental:**

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidades de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes. A administração da companhia embasa na opinião de seus assessores jurídicos, e acredita que as provisões reconhecidas são necessárias e adequadas à situação dos processos judiciais e legislações em vigor no país. **(j) Tributação: Impostos sobre Lucro** - Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017 foi concedido a Imunidade Tributária Recíproca para a CESAN conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União, exceção a Contribuição Social. Desta forma, a tributação sobre a renda compreende apenas a contribuição social corrente e diferida. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%. **(k) Contratos de concessão:** A Companhia desenvolve várias ações para manutenção dos Contratos de Programa, de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como: monitoramento e gerenciamento interno, reuniões com os Poderes Concedentes (Municípios), participação em audiências públicas, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos Municípios, e outras ações voltadas para a melhorar a relação institucional com os Poderes Concedentes. O prazo referencial de validade dos Contratos de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m³ fixado pela ARSP-ES. **(l) Contratos de Arrendamento Mercantil:** A Companhia considera se um contrato é ou contém um arrendamento, quando ele transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16. A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. **(m) Benefícios a empregados:** A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II). Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo CPC 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações contábeis da Companhia. **(n) Capital social:** As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários. **(o) Reconhecimento da receita:** O

reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados. **(p) Contratos de construção:** Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato. **(q) Partes relacionadas:** A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 87,63% das ações e de forma indireta por meio da Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo com 12,21% de ações, totalizando 99,84% das suas ações. As transações com partes relacionadas são realizadas de acordo com Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovadas pelo Conselho de Administração e disponível no site da companhia, e estão sendo divulgadas de acordo com o CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 20/12/2024 o Conselho de Administração autorizou a Diretoria colegiada a celebrar o Termo Aditivo 02 ao Contrato de Programa firmado com o município de Viana, e delegou competência para a Diretoria autorizar "ad referendum" a celebração dos Termos Aditivos aos Contratos de Programa firmados com os municípios Boa Esperança, Rio Novo do Sul, Vila Velha, São José do Calçado, Cariacica, Afonso Cláudio e Santa Maria de Jetibá. Em 28/01/2025, o Conselho de Administração homologou as decisões de Diretoria "ad referendum" que autorizaram a celebração dos referidos Termos Aditivos, para que todos produzam efeitos jurídicos para as metas do ano de 2024, convalidando-se os atos então praticados. Os Termos Aditivos estão fundamentados na Lei 14.026/2020 e tem o objetivo de adequar as metas progressivas de universalização dos serviços de coleta e tratamento de esgotos e de redução de perdas à programação de investimentos e projetos da CESAN. Em 1 de abril de 2025, o Estado do Espírito Santo por meio de seu governador José Renato Casagrande assinou o decreto nº 717-S, abrindo à Secretaria do Estado de Saneamento, Habilitação e Desenvolvimento Urbano o Crédito Suplementar no valor de R\$75.000 para aumento de capital da Companhia, a partir do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2024. O recurso foi creditado em conta corrente da companhia no dia 04/04/2025 e foi registrado como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Diretoria Executiva

Munir Abud de Oliveira (Diretor Presidente Respondendo também pela Diretoria de Relações Institucionais), Rafael Grossi Gonçalves Pacifico (Diretor Administrativo e Comercial), Thiago José Gonçalves Furtado (Diretor Operacional), Katia Muniz Coco (Diretora de Engenharia e Meio Ambiente).

Contador

Reginaldo José de Castro (CRC/ES 011475-O).

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, dentro de suas atribuições, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de Dezembro de 2024, e baseados nos documentos examinados, e nas informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes Grant Thornton Auditores Independentes Ltda, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito Santense de Saneamento CESAN manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido, a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros, Diretores e Administradores da Companhia Espírito-santense de Saneamento - Cesan. Vitória - ES.

Introdução: Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Espírito-santense de Saneamento - Cesan ("Companhia"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-santense de Saneamento - Cesan em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações**

que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir o relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas

demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a mais se manter em continuidade operacional; e • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 23 de abril de 2025. Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. CRC MG-008.957/F-8. Daniel Menezes Vieira. Contador CRC 1MG-078.081/O-1.



Assinado Digitalmente por: **NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130 - Em: 24/04/2025**

Certificado emitido por: CN=AC CONSULTI BRASIL RFB, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Acesse: <https://tribunaonline.com.br/validador-iti> caso deseje validar a assinatura!

6464 CESAN - BALANCO 2024.pdf

Código do documento: 6464



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130
Certificado Digital
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

24 abr 2025, 00:01:00 - UPLOAD

Documento: 6464

Criado por: Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

DATE_ATOM: 2025-04-24T00:02:30-03:00

24 abr 2025, 00:02:30 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

DATE_ATOM: 2025-04-24T00:02:30-03:00

24 abr 2025, 00:02:30 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

E-Mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Emissor do Certificado: CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

DATE_ATOM: 2025-04-24T00:02:30-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 59fe945727fc1a0f3e16ded13f0b2cfe4b9a890252431f629ffcb80611fdad5c

[SHA512]: c04f1091db09489dff0acd2a13e2e21cfff5826aaa6896f2c0033aad172801bb95229e5182d1d7ef7c593bce6963edc443efd71bfd91892b2a7dbad438b54b69c

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB